

Planejamento Urbano e Regional

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

Planejamento Urbano e Regional

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P712	Planejamento urbano e regional [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-383-5 DOI 10.22533/at.ed.835190506 1. Planejamento urbano – Brasil. 2. Sociologia urbana. 3. Urbanização – Brasil. I. Martins, Bianca Camargo. CDD 307.760981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A urbanização brasileira se deu de maneira rápida e desordenada. Em poucas décadas, o Brasil passou de um país predominante agrário para um país urbanizado. O descompasso entre o planejamento urbano e os altos índices do êxodo rural trouxe consequências graves para as cidades e para a qualidade de vida de seus habitantes que reverberam até os dias de hoje. Assim, a urbanização gerou uma ampla gama de demandas e processos de exclusão que se cristalizam nos desequilíbrios locais, regionais, urbano-rurais e urbanos.

Segundo dados do último Censo, a população urbana brasileira é de 160.925.792 habitantes, cerca de 85% da população total. Porém, grande parte da população ainda carece de acesso à moradia, ao saneamento, e à vida urbana de qualidade.

Na perspectiva do direito à cidade, torna-se fundamental articular as lutas em torno das necessidades de reprodução social e de um novo projeto de cidade. O direito à cidade é, então, uma promessa duradora de longínquo cumprimento, que reflete o desejo da sociedade contemporânea por um futuro onde as próximas gerações possam usufruir de condições urbanas melhores do que as atuais.

O foco da presente edição do livro “Planejamento Urbano e Regional” mostra a importância e a amplitude da discussão sobre o direito à cidade no contexto nacional. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões. Afinal, discutir a cidade é discutir cultura, economia, política, arte, meio ambiente e diversos outros temas fundamentais.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Em tempos em que o futuro das políticas urbanas é obscurecido pela crise política atual, é imprescindível fomentar e valorizar a produção científica e o pensamento crítico sobre a vida nas cidades. Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ESTADO: RESGATE TEÓRICO E REFLEXÕES	
Raquel Dantas do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.8351905061	
CAPÍTULO 2	18
A EXPERIÊNCIA RECENTE DO URBANISMO E SUAS PERSPECTIVAS	
Fernando Antônio Santos de Souza	
Carolina Costa Déda Oliveira	
Pedro Antônio Almeida Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8351905062	
CAPÍTULO 3	29
CIDADES INTELIGENTES: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) INSTRUMENTANDO O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Roberto Righi	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
DOI 10.22533/at.ed.8351905063	
CAPÍTULO 4	41
A TRANSFORMAÇÃO DE BAKU: MAPEAMENTO DE SETORES E ARCOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Danilo Firbida de Paula	
Maria Isabel Imbronito	
Adilson Costa Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.8351905064	
CAPÍTULO 5	56
PLANEJAMENTO URBANO E O DESAFIO DA GESTÃO AMBIENTAL	
Rachel Figueiredo Viana Martins	
DOI 10.22533/at.ed.8351905065	
CAPÍTULO 6	70
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AO USO E OCUPAÇÃO DESORDENADA DO SOLO URBANO DE UM BAIRRO DE PERIFERIA NA CIDADE DE BACABAL – MARANHÃO	
Roraima Silva Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.8351905066	
CAPÍTULO 7	84
CONFLITOS ENTRE OS INTERESSES PÚBLICO E PRIVADO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR EM BELO HORIZONTE	
Reginaldo Magalhães de Almeida	
Juliana Lamego Balbino Nizza	
Lucas Isaac Fernandes	
Laís Moreira de Castro	
Julia Malard Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.8351905067	

CAPÍTULO 8	99
O ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIAL E RACIAL EM MACAPÁ – AP	
Jacks de Mello Andrade Junior	
Eugénia da Luz Silva Foster	
DOI 10.22533/at.ed.8351905068	
CAPÍTULO 9	112
CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA AÇÃO ORGANIZADA PARA O PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE ATORES METROPOLITANOS	
Natalia Aguiar Mol	
DOI 10.22533/at.ed.8351905069	
CAPÍTULO 10	130
O ACESSO A SERVIÇOS E O DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE ESPACIAL PARA OS MUNICÍPIOS MINEIROS NOS ANOS 2000 E 2010	
Geórgia Fernandes Barros	
Bethânia Maria Gonçalves Klier	
Marcelo Cambraia de Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.83519050610	
CAPÍTULO 11	143
ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE ARRANJO URBANO-REGIONAL NA DIVISA DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO	
Maria Fabiana Lansac	
DOI 10.22533/at.ed.83519050611	
CAPÍTULO 12	165
TRANSPORTE E POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO NORDESTE DE MATO GROSSO	
João Augusto Dunck Dalosto	
Cássius Dunck Dalosto	
Antônio Pasqualetto	
Alex Sandro Pilatti	
DOI 10.22533/at.ed.83519050612	
CAPÍTULO 13	176
MODERNIDADE E COMUNICAÇÕES: MEIOS DE TRANSPORTE E O TERRITÓRIO URBANO	
Taís Schiavon	
DOI 10.22533/at.ed.83519050613	
CAPÍTULO 14	199
UM ENSAIO SOBRE AS VELHAS DINÂMICAS ESPACIAIS NOS NOVOS ESPAÇOS DO TRANSCARIOCA EM MADUREIRA	
Josielle Cíntia de Souza Rocha	
Maria de Lourdes Pinto Machado Costa	
DOI 10.22533/at.ed.83519050614	
CAPÍTULO 15	211
MAPA DOS SONS DO BAIXO SÃO FRANCISCO	
Walcler de Lima Mendes Junior	

DOI 10.22533/at.ed.83519050615

CAPÍTULO 16 221

ANÁLISE DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE LÂMPADA FLUORESCENTE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Samara Nicolau Puopolo

Cláudia Echevengua Teixeira

Ana Candida Melo Cavani Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.83519050616

CAPÍTULO 17 234

ESCALAS E CONFLITOS: ENTRELACE ENTRE EDUCAÇÃO E ARQUITETURA NO ENSINO DE PROJETO

Flora Fernandez

Alain Flandes

DOI 10.22533/at.ed.83519050617

CAPÍTULO 18 243

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: PANORAMA GERAL DA ARQUITETURA E DO DESIGN NO NORDESTE BRASILEIRO

Andrea Carolino do Monte

Izabel Farias Batista Leite

Heitor de Andrade Silva

DOI 10.22533/at.ed.83519050618

CAPÍTULO 19 257

ANÁLISE DE PRÉ-REQUISITOS DA ETIQUETA PBE-EDIFICA DO BLOCO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Francisco Caio Bezerra de Queiroz

Wiriany Kátia Ferreira Silva

Clara Ovídio de Medeiros Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.83519050619

SOBRE A ORGANIZADORA..... 267

MAPA DOS SONS DO BAIXO SÃO FRANCISCO

Walcler de Lima Mendes Junior

Centro Universitário Tiradentes, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas (SOTEPP)

Maceió – Alagoas

RESUMO: O artigo apresenta resultados parciais do projeto em andamento, “Estudo comparado entre as expressões sonoras do Rio Tejo português e do Rio São Francisco alagoano”, que mapeia a paisagem sonora do Rio Tejo e do Baixo São Francisco com objetivo de produzir um estudo comparado das manifestações sonoras de origem natural, de caráter geológico, climático e biológico e sons produzidos pela presença humana de caráter excepcional e cotidiano. A pesquisa no Brasil está percorrendo cerca de 250 Km desde a barragem de Paulo Afonso na Bahia fronteira com os estados de Sergipe, Pernambuco e Alagoas até a foz do Rio São Francisco no município de Piaçabuçu. Ao longo do trajeto as cidades destacadas para a análise são Paulo Afonso, Piranhas, Canindé do São Francisco, Pão de Açúcar, Propriá, Traipú, Porto Real do Colégio, Penedo, Neópolis e Piaçabuçu. Para efeitos da metodologia de captação sonora, os territórios são classificados como: (1) territórios naturais, resquícios de mata e mata ciliar com baixíssima presença humana; (2) territórios

transformados por impacto moderado da ação, ocupação e presença humana, como fazendas, sítios e povoados (3) territórios transformados por forte presença humana como municípios sede à beira do Rio. O projeto opera na interseção de campos de saber distintos, propondo um diálogo interdisciplinar entre Planejamento Urbano, Ecologia, Sociologia, Etnomusicologia e Acústica.

PALAVRAS-CHAVE: mapa sonoro; territórios sonoros; Rio São Francisco; documentário sonoro

ABSTRACT: The article presents partial results of the ongoing project, “Comparative study between the sound expressions of the Portuguese Tejo River and the São Francisco River», which maps the soundscape of the two rivers with the objective of producing a comparative study of the sound manifestations of natural origin, of geological, climatic and biological character and sounds produced by the human presence of exceptional and daily character. The research in Brazil is covering about 250 km from the Paulo Afonso dam in Bahia bordering the states of Sergipe, Pernambuco and Alagoas to the river mouth of the São Francisco river in the municipality of Piaçabuçu. Along the way, the cities highlighted for analysis are Paulo Afonso, Piranhas, Canindé do São Francisco, Pão de Açúcar, Propriá, Traipú, Porto Real do Colégio,

Penedo, Neópolis and Piaçabuçu. For the purposes of the sound capture methodology, the territories are classified as: (1) natural territories, remnants of forest and ciliary forest with very low human presence; (2) territories transformed by a moderate human impact of action, occupation and human presence, such as farms, sites and settlements (3) territories transformed by a strong human presence as host cities on the river's edge. The project operates at the intersection of distinct fields of knowledge, proposing an interdisciplinary dialogue between Urban Planning, Ecology, Sociology, Ethnomusicology and Acoustics.

KEYWORDS: sound map; sound territories; São Francisco River; sound documentary

1 | INTRODUÇÃO

Discutiremos neste artigo os resultados parciais do projeto de Pós-Doutoramento intitulado “Estudo comparado entre as expressões sonoras do Rio Tejo português e do Rio São Francisco alagoano”, que está em desenvolvimento pela Universidade da Beira Interior (UBI), em Covilhã, Portugal, sob a supervisão do Professor Doutor Paulo Cunha. O projeto opera na interseção de campos de saber distintos, propondo um diálogo interdisciplinar entre ecologia, antropologia, etnomusicologia, cinema e acústica.

Como foco de interesse do mesmo citamos a identificação sonora de territórios naturais, suas fronteiras, embates e estratégias de sobrevivência frente os impactos da ação do homem, a identificação sonora de espécies da fauna, a mudança da paisagem sonora ocasionada pela variação da flora nativa e de características geográfica como áreas de lajedo, planícies, areais, cascalho às margens e sob o leito do rio e a identificação sonora de fenômenos naturais como rios e córregos perenes e sazonais, vento, chuva, trovões, são elementos que pertencem ao campo da ecologia e estudos ambientais, considerando sua capacidade de catalogar e produzir comparações entre a biodiversidade e o grau de impacto e interferência da ação do homem sobre determinado bioma ou espaço natural.

Para além desses sons, marcados pela prevalência do não-humano, passamos à percepção dos sons das fazendas e zonas rurais, dos povoados, localidades e cidades, dos bichos domésticos, dos artefatos arcaicos e modernos, das festividades e cotidianidades, dos badalos dos sinos de igreja, da reza, das procissões, do pastoreio de gado e cabras, da gritaria e algazarra da feira, dos alto-falantes, carros de som, moinhos, motores e rodas d'água especificam-se como uma experiência de catalogação e comparação, entre elementos do campo da sociologia. Operando entre as duas esferas, mas atuando a partir de um terceiro escopo de saber, os campos da etnomusicologia, do cinema documental e da acústica, através dos quais orientamos para captar e catalogar essas experiências sonoras.

Em termos teóricos o projeto se baseou no conceito de paisagem sonora de Schaffer, já assimilando a crítica proposta por Giuliano Obici, que constituiu a partir de

reflexões deleuzianas¹, o conceito de território sonoro.

2 | PLANEJAMENTO E MODO DE PRODUZIR DIVERSIDADE DE TERRITÓRIOS SONOROS

Uma primeira questão que vem orientando nossa pesquisa é a desconstrução daquilo que constituímos como clivagem inicial de pesquisa: divisão dos territórios “urbanos”, “rurais” e “naturais”. Tal clivagem, ainda que trate de estratificações baseadas numa escala de ação humana, é tensionada logo de imediato, considerando que existem convergências sobre a questão ambiental, que de maneira alguma, exclui o homem e seus modos de habitar e usar o território. Propomos aqui uma interface dessas questões nos termos do pós-estruturalismo, numa tentativa de produzir perspectivas sobre esses modos de ocupar e usar o ambiente considerando os inevitáveis conflitos gerados nas relações de alteridades entre homens e homens, entre homens e ambiente transformado, entre homens e ambiente “não-transformado”.

Em muitas áreas transformadas pela ação do homem, o que era originalmente constituído por formações vegetais originais como biomas, serras ou florestas primárias, transformou-se em um mosaico, um arquipélago de “ilhas” ou fragmentos de vegetação natural secundária. Essas “ilhas”, originadas da exploração ou supressão de áreas naturais originais, subsistem em meio a áreas agrícolas, pastagens, assentamentos urbanos, lavras minerais, entre outros usos diversos da terra. As “ilhas” têm sido chamadas de fragmentos para salientar que elas não se comportam mais como áreas naturais intactas.

Entende-se que a importância do conhecimento sobre a fragmentação hoje é óbvia, pois em muitas paisagens, a esmagadora maioria das espécies da fauna e da flora manifestam-se em territórios restritos aos fragmentos. Com a redução do número e do tamanho dos fragmentos, ocorrem perdas na diversidade natural (assim como, da diversidade sonora) em função do desaparecimento físico de indivíduos (plantas e animais) ou do declínio gradual das populações, que tendem a conter poucos indivíduos e muitas espécies raras. Assim, **a diminuição da área de um habitat adequado para uma espécie rara afeta muito suas chances de continuar existindo.** O grau de isolamento de um fragmento pode afetar o influxo de animais, pólen e sementes. Se a distância entre os fragmentos for muito grande, dificulta a migração entre os mesmos. A intensidade das atividades desenvolvidas no entorno também afetaria a sobrevivência das populações originais, como o uso do fogo, a deposição de lixo ou entulhos, o uso de pesticidas, as pastagens, os reflorestamentos com espécies comerciais, o uso urbano ou industrial, etc.

Pensar o ambiente a partir da necessidade de homens, animais e plantas, o que justificaria corredores e veredas ligando fragmentos, encontra respaldo metodológico

1 DELEUZE, G. & GUATARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995

na corrente pós-estruturalista. Conceitos como linhas de fuga, ritornelo e rizoma² auxiliam de forma potente o pensamento ambientalista de fundamentos mais dinâmicos. Nesses termos, a ciência moderna ganha novos questionamentos, inclusive naquilo que parece mais paradigmático de seu discurso que é privilegiar as necessidades do homem em relação às necessidades de tudo o que não é homem (animais, vegetais, recursos naturais etc.).

Para o pensamento pós-estruturalista a divisão entre as necessidades do homem e as necessidades da natureza é no mínimo grosseira, apesar de ser assumida sem questionamentos por boa parcela do pensamento científico. Assume-se, nos termos deleuzianos, como violenta a interpretação da lógica epistêmica moderna que separa em dois distintos grupos classificatórios aquilo que é inscrito como relativo ao Homem, às humanidades, ao humanismo civilizador e aquilo que se diz da natureza, do instinto, da reação imediata, não mediada por códigos, acordos e expressões de comunicação inteligíveis a leitura desse homem moderno.

O efeito aqui pretendido trata, não de uma “biologização” do que se expressa enquanto “antropo”, menos ainda de uma sociologia telúrica, que de forma atabalhoada propõe desmontar os paradigmas das ciências sociais ao longo do século XX. Enfim, não se trata de igualar tudo, a ponto de produzir uma pan-identidade de seres-vivos respondendo a valores eticamente universais. Trata-se, isto sim, de uma atitude revolucionária, e, portanto, política em termos empíricos, de derrubar a lógica que permite dizer humano e animal, cultura e natureza, logo não é o caso de encontrar semelhanças entre homem e natureza, mas sim de produzir muito mais diferenças, multiplicação de fronteiras, do que essa sugerida na simples oposição entre dois polos.

A partir dessa constatação, propõe-se pensar um modo de uso e ocupação da terra que possibilite a produção de corredores ou conexões, a constituição de devires, a partir do rizoma como modelo de mapeamento das expressões territoriais. Não se trata de um retorno mítico e impossível a um território edênico e intocável, mas pensar um modo de cimentar, erguer prédios e fábricas, asfaltar florestas e sertões, desmatar, plantar cana e soja, cercar boi, extrair jazidas, concentrar energia, luz, fumaça e gente, nessa grande invenção chamada civilização, de forma a possibilitar a produção de linhas, corredores e veredas por onde plantas, animais, inclusive o homem, circulem e (re) territorializem marcas, expressões, signos, artes, necessidades, dizeres e invenções. Trata-se, enfim, de alertar para a necessidade de repensar os modos de expansão dos centros urbanos, o uso dos recursos, questionar a centralidade dos interesses territoriais do capital e dos termos do desenvolvimento tecnológico e energético. Trata-se de pensar o quanto certas determinações do desenvolvimento entopem as veias de circulação dos espaços que deveriam servir de corredores, produção de devires e deslocamentos de seres-vivos e de recursos naturais como o ar e a água, deslocamento de sementes e de pólen, deslocamento da vida e do que permite a vida.

2 Conceitos da literatura deleuziana que serão aprofundados ao longo dessa apresentação.

Com isto, no lugar do círculo fechado, da área natural isolada, do fragmento semivivo em que plantas e animais sufocam confinados, conforme relatos de estudos ambientais, deve-se permitir o rizoma, o corredor, as linhas de fuga, os devires, dentro de uma ótica que envolva tanto o funcionamento dos ecossistemas, logo, sua preservação, como sua possibilidade de mudança. No lugar da reserva que se defende e se isola do resto, propor articulações alternativas entre o espaço ocupado e o espaço “natural”.

3 | BASE EPISTÊMICA E CONCEITOS-CHAVE: PAISAGEM SONORA, TERRITÓRIO SONORO, TERRITORIALIZAÇÃO, RITORNELO, ACUSMÁTICA, DOCUMENTÁRIO SONORO.

Uma vez expostas as questões conceituais que orientam a forma como elementos de ordem natural e cultural estão sendo tratados nessa pesquisa, vamos apresentar como esse escopo pode ser traduzido e organizado através de um mapeamento sonoro que visa a produção de um documentário sonoro de suas manifestações. Como um dos pioneiros nos estudos de ambientes sonoros, Murray Schafer criou em 1969 o projeto Paisagem Sonora Mundial, cujos objetivos eram: produzir um estudo interdisciplinar sobre os ambientes acústicos e suas relações com o homem; propor um ambiente acústico mais saudável; propor uma pedagogia de escuta. Essa pesquisa resultou em várias publicações que foram compiladas em 1977, no livro “A afinação do Mundo”.

O ambiente silencioso da paisagem sonora hi-fi permite o ouvinte escutar mais longe, a distancia, a exemplo dos exercícios de visão a longa distancia no campo. a cidade abrevia essa habilidade para a audição (e visão) a distancia, marcando uma das mais importantes mudanças na história da percepção (SCHAFER, 2011, p.71).

Um dos principais conceitos de Schafer é o de “paisagem sonora”, que em linhas gerais especifica o conjunto de sons produzidos dentro de um ambiente. “O termo pode referir-se a ambientes reais ou a construções abstratas, como composições musicais e montagens de fitas, em particular quando consideradas como um ambiente” (SCHAFER, 2011, p.366).

Sob a ótica deleuziana, a ideia de um ambiente sonoro saudável e de ouvidos educados, guarda uma percepção moralista de análise do ambiente sonoro. Assumindo tal crítica, o conceito de “paisagem sonora” deve ser deslocado ou rasurado pela ideia de “Território Sonoro”, em que o ouvinte atua em diálogo com o meio, territorializando ao mesmo tempo em que se deixa territorializar pelo meio. Isto é, o ouvinte permite ser atravessado pelas manifestações sonoras ao mesmo tempo em que interfere no território mesmo com sua simples presença física.

Um TS [Território Sonoro] não existe de antemão, ele se constrói e é fabricado,

levantando muros sônicos, que podem proteger, mas também aprisionar. A dinâmica do ritornelo, de territorializar e desterritorializar o som, está imbricada na produção dos TSs. (...) um TS está sempre prestes a se desterritorializar (OBICI, 2008, p. 100).

Esta pré-condição deleuziana sobre o conceito de território, isto é, a possibilidade de se (des)(re)constituírem, pressupõe uma percepção do território enquanto marca expressiva.

O território não é primeiro em relação à marca qualitativa, é a marca que faz o território. As funções de um território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 121).

Desta forma, as territorializações elencadas e cartografadas neste trabalho são sempre discutidas a partir da premissa de que não preexistem ao mapeamento, mas o constituem sendo por ele constituídas. Apesar dessa condição instável do território, propomos seguir rastros, disparar linhas de fuga que ao longo do percurso permitam a inversão de posições entre fonte sonora e ouvinte. Em que condição o ouvinte (pesquisador) especifica-se como sujeito implicado na relação com a fonte sonora, subjetivando o som, metaforizando o som, interpretando o som com valores e memórias idiossincráticas? Para começar, devemos focar numa certa condição de escuta, visto que é pela função da escuta que mais diretamente estabelece-se a relação ouvinte e fonte sonora. Condição de escuta que não seria jamais passiva ou apenas receptiva, considerando que o próprio ato de ouvir já configura uma ação seletiva.

Trata-se de escuta como um ato de criação (OBICI, 2008) e de afirmação de certo lugar político e estético em que ouvinte e fonte sonora se dispõem de forma ativa e atuante. Essa ação se expressa a princípio pelo juízo de valor que seleciona e julga o que se ouve para logo em seguida produzir a disseminação de sentidos, criação, metáfora daquilo mesmo que se ouviu e que já se vai ouvindo/produzindo segundas, terceiras, múltiplas interpretações, traduções, criações que propõe novas territorializações pela mesma força do ritornelo deleuziano.

Pode-se inventar mundos sônicos pela criação de territórios irrealis, delírios de forças inaudíveis. É nesse paradoxo entre o que é possível e inimaginável que nossos ouvidos poderiam mobilizar uma atitude criadora que é também uma forma de inventar escuta (OBICI, 2008, p.49).

A desterritorialização, segundo o próprio autor, é um neologismo bárbaro que expressa a simultaneidade do movimento referente às categorias deleuzianas de territorializar e reterritorializar como movimentos de ritornelo, cujo retorno, nunca encontra o mesmo ponto deixado anteriormente. Poderíamos pensar numa espiral. Mas, Deleuze propõe a imagem de um rizoma. Podemos pensar em círculos que antes

de se completarem já estariam originando novos círculos. Independentemente disso, os conceitos de ritornelo e rizoma serão constantemente elencados no desenvolvimento da pesquisa.

O sonoro, tal qual a música, se desloca entre o silêncio e o ruído, não sem drama, sem conflito, mas, é preciso pensar o quanto o ouvido não é também personagem atuante desse mesmo drama, produzindo e destruindo territórios, por ato auditivo ativo e afirmativo. Assim, propõe-se o jogo entre som (como expresso pelo ritornelo deleuziano) e escuta estabelecendo uma dupla possibilidade de rasura, atuando no deslizamento do que se quer dizer música, do que se quer dizer ruído e do que se quer dizer silêncio.

Ainda sobre o conceito de ritornelo, podemos assumir que a relação sonora estabelecida entre escuta e produção sonora carece de ordem, território, movimento de ordenamento o que ameaça a sensação de estabilidade e familiaridade. Por outro lado, seria a partir dessa instabilidade postada na relação de escuta e produção sonora que se dá a abertura para o movimento de desterritorialização. O que explicita dizer que todo movimento de territorialização já expressa um devir desterritorializante, um efeito de ritornelo: devir-fuga, devir retorno que nunca reencontra o mesmo ponto no espaço-tempo das manifestações sonoras.

Uma criança no escuro, tomada de medo, tranqüiliza-se cantarolando (...). Agora, ao contrário, estamos em casa. Mas o “em-casa” não preexiste: foi preciso traçar um círculo (cantarolando) em torno do centro frágil e incerto, organizar um espaço limitado. Eis que as forças do caos são mantidas no exterior tanto quanto possível, e o espaço interior protege as forças germinativas de uma tarefa a ser cumprida, de uma obra a ser feita. Agora, enfim entreabrimos o círculo, nós mesmos vamos para fora, nos lançamos. Como se o próprio círculo tendesse a abrir-se para um futuro, em função das forças em obra que ele abriga (DELEUZE; GUATTARI, 1995, pp. 116- 117).

O conceito de “acusmática” se expressa, metaforicamente, como um binóculo no campo ótico. Com os novos dispositivos de gravação, suportes de mídias analógicas e digitais, surge a possibilidade de armazenar, repetir e examinar sons efêmeros que, antes, só eram possíveis escutar diante da presença da fonte mecânica que o produziu. “*A dissociação da vista e do ouvido favorece aqui uma outra maneira de escutar*” (Schafer, 1988, p. 57). Trata-se da “escuta *acusmática*” em que se dissocia, origem da expressão sonora e lugar de escuta, de uma relação causa-efeito (localização imediata da fonte sonora). A escuta passa a ocupar uma dimensão nova, estabelecendo uma ruptura com a maneira tradicional de nos relacionarmos com o som, seja no plano da música, da fala, da comunicação em geral ou dos sons cotidianos. É importante destacar que, dentro do método proposto, pretende-se romper com a primazia da imagem sobre o som, considerando que em termos antropológicos a pesquisa via de regra está condicionada ao campo visual.

A sensação de ouvir foi, durante séculos, dominada pela percepção visual. Mesmo que pesquisas científicas mais recentes tenham recuperado este sentido enquanto seus aspectos físico, cultural e mesmo social, discursos analíticos no campo da antropologia permanecem centrados no imagético e são poucos aqueles que contrapõem a discussão sobre o som à predominância da visualidade nas ciências humanas e sociais (PINTO, 2001, p.1)

A palavra *soundscape* [paisagem sonora] apareceu na língua inglesa em fins do século XX e se refere à totalidade dos sons que chegam a nossos ouvidos em determinado momento. A criação do termo é atribuída a R. Murray Schafer, estudioso da sonoridade de diversos habitats. Schafer buscava maneiras de enquadrar a experiência auditiva em novos contextos não visuais. Ao mesmo tempo, sua meta era incentivar ouvintes a prestar mais atenção na tessitura sonora dos ambientes, entendidos como falas, ruídos, sons cotidianos, inclusive a música referente a tal *ethos* ou localidade.

Aqui música não é entendida apenas a partir de seus elementos estéticos mas, em primeiro lugar, como uma forma de comunicação que possui, semelhante a qualquer tipo de linguagem, seus próprios códigos. Música é manifestação de crenças, de identidades, é universal quanto à sua existência e importância em qualquer que seja a sociedade. Ao mesmo tempo é singular e de difícil tradução, quando apresentada fora de seu contexto ou de seu meio cultural (PINTO, 2001, p.1).

Dentro do escopo de paisagem sonora vale destacar a forma como as expressões musicais locais serão entendidas e catalogadas nesse trabalho de pesquisa. Trata-se de pensar a música local, oriunda de expressões da cultura popular sagrada e profana, como expressões de linguagem e comunicação. Essa expressão musical local também pode estar contaminada por influências de fenômenos externos, oriundos de veículos de massa, televisão, rádio, mídias digitais, que devem ser consideradas dentro do escopo referido. Isto é, a invenção de uma suposta pureza cultural original e preservada, é o que menos interessa para os objetivos do mapeamento e do documentário sonoro.

Sobre o conceito de documentário assume-se que a definição desse gênero audiovisual pode ser bastante complexa.

De fato, a noção de documentário, no audiovisual, é subsidiária da noção de documento no sentido que lhe dá a História como disciplina: prova da verdade. Mas basta ler o belíssimo livro de Paul Ricoeur *A memória, a história, o esquecimento* (2007) para se dar conta de que o termo documento é bastante problemático. Uma coisa é o rastro que as coisas e os seres deixam quando passam, aquilo que a câmera e o microfone têm a propriedade de captar muito parcialmente. Mas para que esse rastro se torne documento ou testemunho de um lugar ou de uma época é preciso que alguém o procure, que alguém se interrogue sobre ele (MACHADO, 2011, p.7)

Em se tratando de forma mais específica do documentário sonoro, existem algumas experiências que ora anulam a imagem completamente, ora optam por

uma linguagem em que ocorre a prevalência do som sobre a imagem. Assume-se que a pesquisa aqui proposta tende a operar de forma mais próxima ao segundo caso. Porém, o conceito de documentário sonoro posto em prática neste projeto não pretende nem privilegiar as expressões sonoras sobre as imagéticas, muito menos anular por completo o aspecto visual. A ideia é construir um diálogo que permita efeito de infiltração/contaminação entre as fronteiras que separam expressões de som e imagem. Isto é, experimentar uma dicção audiovisual sob outros termos que não esse que privilegia um ou outro. Para exemplificar essa posição, vale citar a definição do que seria um “som óptico” ou o modo de repensar o som e a imagem como duas plataformas de expressão.

Por fim, ressalta-se que essa experiência de dicção do filme documentário, foi posta em prática pelo Grupo de Pesquisa Nordesteanças através dos documentários sonoros resultados do projeto de pesquisa “Mapeamento sonoro do sertão alagoano” encerrado no ano de 2018. Os filmes podem ser conferidos no site: <https://www.gpnordestancas.com/mapeamento-sonoro>.

4 | CONCLUSÃO

À guisa de deixar o leitor a par do estágio em que se encontra essa pesquisa, vale ressaltar que já se encontra concluído os objetivo de trabalhar com o banco de referências que enfatiza os elementos acústicos, propondo uma relação estreita entre diversidade ambiental/cultural e diversidade sonora, experiência que se manifesta em um ambiente que proporciona uma escuta mais sensível e atenta. Se encontra em andamento os objetivos de: (1) coletar registros sonoros em diferentes territórios da região do Baixo São Francisco, (2) classificar os registros sonoros coletados através de uma gradação de maior e menor presença do homem, (3) caracterizar zonas sonoras a partir dos dados levantados que permitam qualificar os sons em sua relação com os usos e a apropriação espacial, (4) produzir documentários sonoros da região em que cada território, será especificado pelo conjunto de sons e imagens mais característicos de si, considerando os limites entre paisagens naturais, territórios rurais e territórios urbanos, (5) despertar compromisso, postura e posicionamento político sobre o meio ambiente a partir da condição de escuta em nosso ambiente sonoro, destacando a importância de estarmos atentos ao que temos a disposição como sons e ruídos que contrastam com o que se convencionou chamar de poluição sonora.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Ivan Villarmea. *Documenting Cityscapes. Urban Change in Contemporary Non-Fiction Film*. Wallflower book published by Columbia University Press, New York, 2015.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ, 2014.

CAZNOK, Yara Borges. *Música: entre o audível e o invisível*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CAESAR, Rodolfo. *Círculos ceifados*. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.

CHAVES, Renan Paiva. *O som no documentário: a trilha sonora e suas transformações nos principais movimentos e momentos da tradição documentária, dos anos 1920 aos 1960*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2015.

CAMBRIA; PAZ; ARAÚJO (org.) *Musica em Debate. Perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: mauad x: FAPERJ, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 4, tradução de Suely Rolnik. - São Paulo: Ed. 54, 1997 176 p.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

DERRIDA, J. *O animal que logo sou*. São Paulo: UNESP, 2002.

FREIRE, Marcius; LOURDOU, Phillipie (org.). *Descrever o invisível. Cinema documentário e antropologia fílmica*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2009.

KRAUSE, Bernie. *A grande orquestra da natureza*. São Paulo: Zahar, 2013.

MACHADO, Arlindo. *Novos territórios do documentário*. Doc On-line, n. 11, dezembro de 2011, www.doc.ubi.pt, pp.5-24.

OBICI, Giuliano. *Condição da escuta*. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.

PESTANA, Maria do rosário. *Alentejo: vozes e estéticas em 1939/1940*. Edição crítica dos registros sonoros realizados por Armando Leça. Universidade de Aveiro: Tradisom, 2014.

PINTO, Tiago de Oliveira. *Som e música. Questões de uma Antropologia sonora*. Rev. Antropol. vol.44 no.1 São Paulo, 2001.

SCHAFFER, R. M. *A afinação do mundo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SOBRE A ORGANIZADORA

Bianca Camargo Martins: Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-383-5

